

**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL  
DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DIRETORIA DE ENSINO  
CENTRO DE ESTUDOS DE POLÍTICA, ESTRATÉGIA E DOCTRINA  
CURSO DE ALTOS ESTUDOS PARA OFICIAIS**

TEN-CEL QOBM/Comb. **LEONARDO ALBERTO FERNANDES DA COSTA**



**ANÁLISE DIAGNÓSTICA DO PLANO DE APLICAÇÃO DE  
RECURSOS FINANCEIROS DO CBMDF NO PERÍODO DE 2015 A  
2024**

**BRASÍLIA  
2025**

TEN-CEL QOBM/Comb. **LEONARDO** ALBERTO FERNANDES DA COSTA

**ANÁLISE DIAGNÓSTICA DO PLANO DE APLICAÇÃO DE  
RECURSOS FINANCEIROS DO CBMDF NO PERÍODO DE 2015 A  
2024**

Artigo científico apresentado ao Centro de Estudos de Política, Estratégia e Doutrina como requisito para conclusão do Curso de Altos Estudos para Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Orientadora: CEL. RRM QOBM/Comb. **HELEN** RAMALHO DE OLIVEIRA

**BRASÍLIA  
2025**

TEN-CEL QOBM/Comb. **LEONARDO** ALBERTO FERNANDES DA COSTA

**ANÁLISE DIAGNÓSTICA DO PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS  
FINANCEIROS DO CBMDF NO PERÍODO DE 2015 A 2024**

Artigo científico apresentado ao Centro de Estudos de Política, Estratégia e Doutrina como requisito para conclusão do Curso de Altos Estudos para Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Carlos Eduardo **Borges** – Cel. RRm.  
**Presidente**

---

Elcio de Azevedo **Cardoso** – Ten-Cel QOBM/Comb.  
**Membro**

---

Rodrigo Almeida de **Freitas** – Ten-Cel QOBM/Comb.  
**Membro**

---

**Helen** Ramalho de Oliveira – Cel. RRm QOBM/Comb.  
**Orientadora**

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

AUTOR: Ten-Cel. QOBM/Comb. Leonardo Alberto Fernandes da Costa

TÍTULO: ANÁLISE DIAGNÓSTICA DO PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS DO CBMDF NO PERÍODO DE 2015 A 2024.

DATA DE DEFESA: 03/11/2025.

Acesso ao documento		
<input checked="" type="checkbox"/> Texto completo	<input type="checkbox"/> Texto parcial	<input type="checkbox"/> Apenas metadados
Em caso de autorização parcial, especificar a(s) parte(s) que deverá(ão) ser disponibilizadas:		

Licença
<p><b>DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA</b></p> <p>O referido autor:</p> <p>a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.</p> <p>b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder ao CBMDF os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.</p> <p>Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o CBMDF, declara que cumpriram quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.</p> <p><b>LICENÇA DE DIREITO AUTORAL</b></p> <p>Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Biblioteca da Academia de Bombeiro Militar disponibilizar meu trabalho por meio da Biblioteca Digital do CBMDF, com as seguintes condições: disponível sob Licença Creative Commons 4.0 International, que permite copiar, distribuir e transmitir o trabalho, desde que seja citado o autor e licenciante. Não permite o uso para fins comerciais nem a adaptação desta.</p> <p>A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.</p>

---

**Leonardo** Alberto Fernandes da Costa

Ten-Cel. QOBM/Comb.

## RESUMO

O presente artigo apresenta uma análise diagnóstica do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros (PARF) do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) no período de 2015 a 2024, com foco no planejamento e execução financeira dos recursos oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), especificamente relativos a verbas de investimento. Adotou-se uma abordagem mista, predominantemente quantitativa, para comparar os percentuais do orçamento planejado no PARF relativo aos investimentos com os valores efetivamente executados, conforme registros do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Complementarmente, foi conduzida análise qualitativa baseada em entrevistas com gestores da corporação, visando identificar desafios e limitações na execução orçamentária. Os resultados indicam oscilações significativas na execução dos investimentos ao longo dos anos, destacando a complexidade e os entraves enfrentados na gestão financeira do CBMDF. O estudo contribui para o aprimoramento da gestão orçamentária e financeira, fornecendo subsídios para o alinhamento entre planejamento e execução, e fortalecendo a eficiência operacional da corporação.

**Palavras-chave:** CBMDF. Fundo Constitucional. Gestão financeira. Plano de Aplicação de Recursos Financeiros. Investimentos públicos.

## ABSTRACT

This article presents a diagnostic analysis of the Financial Resources Application Plan (PARF) of the Military Firefighters Corps of the Federal District (CBMDF) from 2015 to 2024, focusing on the planning and financial execution of resources from the Constitutional Fund of the Federal District (FCDF). A mixed approach was adopted, predominantly quantitative, to compare the percentage of the budget planned in the PARF related to investments with the amounts actually executed, according to records from the Federal Government Integrated Financial Administration System (SIAFI). Additionally, qualitative analysis was conducted based on interviews with the corporation's managers to identify challenges and limitations in budget execution. The results indicate significant fluctuations in investment execution over the years, highlighting the complexity and obstacles faced in CBMDF's financial management. This study contributes to the improvement of budgetary and financial management, providing support for aligning planning and execution and strengthening the operational efficiency of the corporation.

**Keywords:** CBMDF. Constitutional Fund. Financial management. Financial Resources Application Plan. Public investments.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>2 DESENVOLVIMENTO</b> .....	<b>9</b>
2.1 Revisão de literatura .....	10
2.1.1 Base Legal e Estrutura Normativa .....	10
2.1.2 Gestão Financeira e Eficiência Operacional .....	11
2.1.3 Regramento para elaboração do PARF .....	13
2.2 Metodologia .....	15
2.3 Resultados e discussão .....	18
2.3.0 Análise comparativa ano de 2015.....	19
2.3.1 Análise comparativa ano de 2016.....	20
2.3.2 Análise comparativa ano de 2017.....	21
2.3.3 Análise comparativa ano de 2018.....	22
2.3.4 Análise comparativa ano de 2019.....	22
2.3.5 Análise comparativa ano de 2020.....	24
2.3.6 Análise comparativa ano de 2021.....	25
2.3.7 Análise comparativa ano de 2022.....	26
2.3.8 Análise comparativa ano de 2023.....	27
2.3.9 Análise comparativa ano de 2024.....	28
2.3.10 Análise comparativa geral de 2015 a 2024.....	30
2.3.11 Análise das entrevistas .....	32
2.3.12 Análise e discussão da entrevista com o Cel. Flávio Murilo N. Pereira .....	32
2.3.13 Análise e discussão da entrevista com o Ten-Cel. Vitor Spagnolo .....	33
2.3.14 Análise e discussão da entrevista com o Ten-Cel. RRm Juranil Zanina .....	34
2.3.15 Análise e discussão da entrevista com o Maj. Kleber J. de Oliveira .....	36
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>36</b>
3.1 Recomendações e prospecções futuras .....	40
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>42</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>45</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A gestão eficiente dos recursos financeiros é um dos pilares fundamentais para o funcionamento adequado das instituições públicas. No contexto do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), a aplicação dos recursos financeiros entre os anos de 2015 e 2024 representou um fator importante para a manutenção das atividades operacionais, aquisição de equipamentos e capacitação dos profissionais. Entretanto, nem sempre a aplicação dos recursos consegue se dar da maneira como foi planejada, dadas diversas variáveis que não estão sob controle da alta gestão. Dessa forma, a presente pesquisa tem como objetivo realizar uma análise diagnóstica do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros do CBMDF nesse período, identificando padrões de investimento, desafios enfrentados e impactos na área fim do comando operacional, tendo como exemplo aquisição de viaturas e equipamentos.

A administração pública deve seguir princípios de eficiência, transparência e responsabilidade fiscal, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000). No caso do CBMDF, a gestão dos recursos financeiros é regulamentada por portarias internas que anualmente regem a aplicação dos recursos financeiros no CBMDF. Essas portarias estabelecem formalmente diretrizes para a alocação dos recursos, visando otimizar o desempenho da corporação e garantir a continuidade dos serviços prestados à população.

A análise dos documentos oficiais e relatórios financeiros do CBMDF permite compreender a evolução dos investimentos ao longo dos anos, bem como identificar possíveis gargalos na execução orçamentária. Estudos anteriores sobre gestão financeira em instituições públicas apontam que a eficiência na aplicação dos recursos está diretamente relacionada à qualidade dos serviços oferecidos à sociedade (SOUZA, 2020). Além disso, a transparência na gestão financeira é um fator essencial para o controle social e a fiscalização por parte dos órgãos competentes (SILVA & ALMEIDA, 2019).

Dessa forma, este trabalho busca contribuir para o entendimento da gestão financeira do CBMDF, no período de uma década, fornecendo subsídios para futuras

melhorias na alocação de recursos, por meio de uma análise diagnóstica da execução do PARF no CBMDF ao longo da última década, compreendendo o período de 2015 a 2024, no tocante à verba de investimento oriunda do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

Anualmente, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) publica em Boletim Geral o Plano de Aplicação de Recursos Financeiros (PARF), cujo principal objetivo é orientar o emprego dos recursos financeiros, tanto de custeio quanto de investimento. Contudo, diversos fatores — como falhas no processo licitatório, necessidade de adequação dos projetos básicos, oportunidades específicas para aquisição de equipamentos essenciais à atividade de bombeiros, além de eventos imprevisíveis como catástrofes — frequentemente ocasionam alterações no PARF ao longo do exercício financeiro, com o intuito de garantir a execução plena dos recursos.

Diante desse cenário, surge a questão central: **os recursos destinados aos investimentos têm sido efetivamente aplicados conforme o planejamento estabelecido no PARF, especialmente no que se refere aos investimentos vinculados à atividade-fim da Corporação?**

Assim, o presente estudo justifica-se pela vivência profissional deste oficial, que atuou durante a maior parte de sua carreira em grupamentos especializados e em setores vinculados à Diretoria de Materiais e Serviços do CBMDF. Ao longo dessa trajetória, foi possível observar, de forma recorrente, as dificuldades enfrentadas no processo de aquisição de viaturas e equipamentos operacionais, essenciais à manutenção da capacidade de resposta da Corporação.

A presente pesquisa tem como objetivo geral apresentar uma análise diagnóstica da execução do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros do CBMDF, entre os anos de 2015 e 2024, no que diz respeito à verba de investimento oriunda do FCDF. Para tal foram delimitados os seguintes objetivos específicos:

1. Apresentar literatura consolidada no que diz respeito a orçamento público e execução financeira;
2. Delinear o fluxo de elaboração do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros (PARF) do CBMDF no período delimitado como escopo do trabalho;

3. Comparar os percentuais de investimento do FCDF previstos no PARF com os índices de execução financeira do mesmo ano, no período compreendido entre 2015 e 2024;
4. Levantar as impressões e observações dos gestores do Estado-Maior-Geral do CBMDF no tocante às limitações e desafios do processo de execução financeira em relação ao que está previsto, anualmente, no PARF da Corporação.

Nesse contexto, a realização de uma análise diagnóstica da execução do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros (PARF) do CBMDF, no período de 2015 a 2024, apresenta-se como uma iniciativa estratégica, com vistas a identificar possíveis alterações ocorridas nos planos de aplicação de recursos financeiros, mapear possíveis pontos críticos que comprometem a execução financeira planejada e, com base nesses dados, elaborar um diagnóstico que subsidie a tomada de decisões voltadas ao aprimoramento contínuo da aplicação dos recursos financeiros e conseqüentemente do desempenho operacional da Corporação.

Dessa forma, o estudo contribui não apenas para o fortalecimento da gestão orçamentária e financeira da instituição, mas possivelmente, também para a eficiência da aplicação dos recursos públicos vinculados ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, com reflexos diretos na qualidade do serviço prestado à sociedade.

A fim de delimitar o escopo da pesquisa, foi analisada, exclusivamente, a execução financeira da verba de investimento do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) em comparação com o PARF estabelecido, anualmente, no período de 2015 a 2024, excetuando-se as verbas de investimento destinadas à saúde e excetuando-se também todas as verbas destinadas a obras e projetos.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

O Plano de Aplicação de Recursos Financeiros do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal desempenha um papel essencial na manutenção das operações da corporação, influenciando diretamente a qualidade dos serviços prestados à sociedade. No entanto, ao longo da última década (2015-2024), diversas alterações

no PARF impactaram sua execução financeira, trazendo desafios relacionados à alocação de recursos, eficiência operacional e cumprimento das diretrizes orçamentárias.

## **2.1 Revisão de literatura**

### **2.1.1 Base Legal e Estrutura Normativa**

A legislação brasileira estabelece diretrizes fundamentais para a gestão dos recursos financeiros do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), garantindo transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos. Esse arcabouço normativo é essencial para compreender o funcionamento do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros (PARF) ao longo desse período.

A Constituição Federal de 1988 estabelece a segurança pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo regulamentada por meio de órgãos específicos, como os Corpos de Bombeiros Militares. Segundo o artigo 144 da Constituição:

“A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: [...] V - os corpos de bombeiros militares.” (BRASIL, 1988)

Além disso, a Lei Complementar nº 101, de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) define critérios de planejamento e gestão financeira, exigindo transparência e eficiência na execução dos recursos públicos. No caso do CBMDF, a LRF define limites para despesas com pessoal, investimentos e manutenção operacional:

“A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, [...] prevenindo riscos e corrigindo desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.” (BRASIL, 2000)

Segundo Giambiagi e Além (2011), o orçamento público deve ser estruturado de forma a garantir a sustentabilidade fiscal e a eficiência na alocação dos recursos. A Lei nº 4.320/1964 estabelece os princípios fundamentais da administração financeira e orçamentária no Brasil.

No âmbito distrital, decretos e portarias específicas regulamentam o financiamento e os investimentos do CBMDF. Além das leis federais e distritais, há portarias e decretos específicos que tratam da gestão dos recursos financeiros do CBMDF. Entre eles, destacam-se normativas internas do órgão e relatórios de auditoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), que fiscalizam a correta aplicação dos recursos.

No CBMDF a principal normativa interna aplicada ao período estudado é a Portaria n° 21, de 8 de outubro de 2020, que disciplina os procedimentos para elaboração da Proposta Orçamentária Anual para elaboração, aprovação e execução do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros (PARF) do CBMDF.

Entretando no ano corrente essa normativa foi substituída pela Portaria n° 17, de 30 de junho de 2025, que disciplina os procedimentos para elaboração e aprovação do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros (PARF) e elaboração da Proposta Orçamentária Anual (POA), do CBMDF e e pela Portaria n° 18, também de 30 de junho de 2025, que disciplina os procedimentos para elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA), do CBMDF. Ambas publicadas no BG 120 de 01 julho de 2025.

### **2.1.2 Gestão Financeira e Eficiência Operacional**

A gestão dos recursos públicos exige um planejamento detalhado para garantir que as despesas sejam compatíveis com as necessidades operacionais. No caso do CBMDF, ajustes no PARF podem afetar diretamente a aquisição de equipamentos, treinamentos e manutenção da infraestrutura, elementos essenciais para a resposta eficaz a emergências.

A gestão financeira em instituições militares, como o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), exige um rigoroso alinhamento entre planejamento, execução e controle dos recursos públicos, visando à eficiência operacional e à consecução das atividades-fim da corporação. Souza e Oliveira (2020) destacam que a gestão financeira em instituições militares deve garantir que os investimentos estejam diretamente vinculados às necessidades operacionais,

assegurando a manutenção da capacidade de resposta e a sustentabilidade institucional.

No âmbito da administração pública, Pereira e Silva (2019) ressaltam a importância do planejamento orçamentário integrado ao controle financeiro para a efetividade das políticas públicas, enfatizando que a execução conforme o planejado é fundamental para a transparência e o alcance dos objetivos institucionais. A análise da execução orçamentária, conforme Carvalho e Lima (2018), é um instrumento essencial para identificar desvios, avaliar a eficiência na aplicação dos recursos e propor melhorias na gestão pública.

Estudos específicos sobre o papel dos comandos militares na gestão orçamentária evidenciam que, embora haja procedimentos consolidados para acompanhamento e controle financeiro, a padronização desses processos ainda é um desafio, o que pode impactar a uniformidade e a eficácia da alocação dos recursos (Exército Brasileiro, 2007). Essa questão é relevante para o CBMDF, que, assim como outras corporações militares, necessita de mecanismos eficientes de controle para assegurar que os recursos destinados à atividade-fim sejam aplicados de forma adequada.

A literatura sobre planejamento estratégico reforça que a alocação de recursos financeiros deve estar alinhada aos objetivos institucionais para maximizar resultados operacionais (Mintzberg, 2016). O Plano Estratégico do CBMDF 2017-2024, que cobre o período do estudo, destaca essa relação, evidenciando a necessidade de investimentos consistentes para o cumprimento das metas operacionais da corporação (CBMDF, 2017).

O planejamento estratégico no setor público visa alinhar as ações institucionais aos objetivos de médio e longo prazo, especialmente em corporações militares como o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), cuja estrutura demanda previsibilidade, continuidade e racionalidade no uso dos recursos. De acordo com Bryson (2012), o planejamento estratégico eficaz deve ser traduzido em planos operacionais, que, por sua vez, orientam a alocação de recursos financeiros de forma coerente com as prioridades institucionais.

No âmbito do CBMDF, o planejamento estratégico é documentado em instrumentos que definem as diretrizes estratégicas da instituição. Esses documentos, elaborados em consonância com os Planos Plurianuais (PPA) do Governo do Distrito Federal (GDF), fornecem diretrizes para a formulação dos Planos de Aplicação de Recursos Financeiros (PARF), que detalham, ano a ano, a destinação de recursos por área funcional: manutenção operacional, capacitação, logística, saúde, entre outras.

Para Mintzberg (2016), a efetividade de um plano estratégico só se comprova na sua implementação, o que requer monitoramento constante entre o que foi planejado e o que foi efetivamente executado. Nesse aspecto, o PARF do CBMDF é um artefato crucial de gestão, pois traduz os objetivos estratégicos em rubricas orçamentárias, com metas físicas e financeiras. A análise comparativa entre o planejado e o executado permite verificar o grau de aderência entre o planejamento estratégico e a realidade orçamentária, identificando desvios, gargalos e necessidades de replanejamento.

Estudos como os de Cavalcante e Schabbach (2015) destacam que a governança pública moderna demanda a integração entre planejamento, orçamento e avaliação. No CBMDF, isso se evidencia com a estruturação dos planos anuais de aplicação de recursos financeiros que têm como função assegurar que os recursos oriundos do Fundo Constitucional do DF sejam alocados conforme as diretrizes do planejamento estratégico.

O Plano Plurianual do GDF (2016–2019 e 2020–2023) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) constituem marcos regulatórios para a elaboração dos PARF. Esses instrumentos exigem que a alocação orçamentária esteja alinhada a programas finalísticos, o que exige do CBMDF capacidade técnica de previsão e de gestão da execução.

### **2.1.3 Regramento para elaboração do PARF**

O Plano de Aplicação de Recursos Financeiros (PARF) do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), que abrange o período em questão, é disciplinado pela Portaria nº 21, de 8 de outubro de 2020. A norma estabelece os procedimentos para a elaboração da Proposta Orçamentária Anual e do PARF, visando subsidiar o

Comandante-Geral no processo decisório para alocação de recursos orçamentários (CBMDF, 2020). Deixou-se de analisar o regramento anterior, que abrangia o período de 2015 a 2020, pela semelhança com o regramento supracitado.

O processo iniciava-se com a elaboração do PARF pelo Estado-Maior-Geral (EMG), com apoio de setores da Corporação, baseando-se nas demandas formuladas pelos órgãos setoriais, alinhadas ao Plano Estratégico da Corporação (PLANES) (CBMDF, 2020, Art. 4-6). Os órgãos setoriais notificavam as Organizações Bombeiro Militar (OBMs) para que enviassem suas demandas de bens, serviços e obras por meio de planilha padronizada (CBMDF, 2020, Art. 7-9).

As demandas recebidas eram reunidas, analisadas, agrupadas para evitar repetições, priorizadas conforme metodologia prevista no Manual de Gerenciamento de Projetos do CBMDF e encaminhadas ao EMG (CBMDF, 2020, Art. 10-11). O EMG avaliava as demandas considerando conveniência e oportunidade, elaborando a proposta inicial (1ª versão) do PARF com a previsão das contratações e encaminhando ao Comandante-Geral para aprovação (CBMDF, 2020, Art. 12-13).

Após aprovação da Proposta Orçamentária Anual e liberação do teto orçamentário, o EMG adequava a proposta inicial, incluindo despesas correntes de pessoal e custeio, numa segunda versão do PARF, novamente submetida à deliberação do Comandante-Geral. Uma terceira versão poderia ser elaborada após a publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA), para ajustes finais (CBMDF, 2020, Art. 14-17). O cronograma detalhado prevê prazos para consolidação das demandas, análise, aprovação e publicação das versões do PARF (CBMDF, 2020, Art. 18-20).

Na execução, o EMG era responsável pela gestão do PARF, cabia aos órgãos setoriais supervisionar os projetos e zelar pelo cumprimento dos prazos (CBMDF, 2020, Art. 21-22). O acompanhamento ocorria mensalmente por meio de relatórios sobre processos de aquisição e execução, com reuniões periódicas para avaliação do andamento (CBMDF, 2020, Art. 23-25).

Os processos de contratação e aquisição estavam condicionados à existência de dotação orçamentária e previsão no PARF, iniciados por meio de Pedido de Aquisição de Materiais (PAM) ou Pedido de Execução de Serviços (PES), elaborados pelos órgãos setoriais ou gerentes de projetos (CBMDF, 2020, Art. 26-30). A análise e

correção dos pedidos eram realizadas pela Diretoria de Materiais e Serviços (DIMAT), que elabora os termos de referência e encaminha para aprovação e posterior licitação (CBMDF, 2020, Art. 31-36).

Para projetos estratégicos, o Coordenador e Gestor do PARF nomeava gerentes responsáveis pela administração dos projetos, monitorando o desenvolvimento até o término (CBMDF, 2020, Art. 37-40). Alterações no PARF deveriam ser devidamente justificadas e aprovadas pelo Comandante-Geral, conforme a natureza das despesas (CBMDF, 2020, Art. 41).

A partir de 2025, o novo regramento mantém o rito citado, porém o PARF passa a ser composto pelo Plano de Contratações Anuais (PCA) acrescido das despesas com pessoal e custeio da folha (CBMDF, 2025, Art. 2-4).

Por fim, no período estudado o PARF equivalia ao Plano de Aquisições e Contratações (PAC) da Administração Pública Federal, sendo revisado periodicamente para garantir a adequação das ações e recursos às necessidades institucionais do CBMDF (CBMDF, 2020, Art. 49-50).

Entretanto, em 2025, a Portaria n<sup>o</sup> 17, de 30 de junho de 2025, passa a disciplinar os procedimentos para elaboração e aprovação do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros (PARF) e elaboração da Proposta Orçamentária Anual (POA), do CBMDF e a Portaria n<sup>o</sup> 18, também de 30 de junho de 2025, passa a disciplinar os procedimentos para elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA), do CBMDF. Ambas publicadas no BG 120 de 01 julho de 2025.

## **2.2 Metodologia**

O presente artigo trata-se de uma pesquisa aplicada ao planejamento e execução financeira do CBMDF em relação à verba de investimento oriunda do Fundo Constitucional entre os anos de 2015 a 2024. Objetivou-se analisar de forma exploratória como se dá o processo de planejamento e execução do orçamento advindo do Fundo Constitucional.

De forma geral utilizou-se uma abordagem mista ou qualiquantitativa. Inicialmente se fez uma abordagem puramente quantitativa onde buscou-se comparar

os percentuais, do orçamento planejado (PARF), referente aos valores destinados a investimento em relação aos valores de fato executados, excetuando-se as verbas destinadas a obras e projetos.

Para isso foi feito manualmente o comparativo ano a ano da última versão do PARF aprovada e publicada com o que de fato foi executado no ano seguinte em termos percentuais (exercício financeiro em questão). Portanto a execução do orçamento conforme previsto foi tratada em termos percentuais ou considerando o montante planejado em relação ao montante de fato executado em termos de investimento atinentes ao FCDF. Buscou-se também obter, de forma qualitativa, as principais impressões de alguns gestores do CBMDF sobre quais seriam os principais desafios observados no tocante à execução do que foi planejado no ano anterior. Para tal utilizou-se, como ferramenta, entrevistas com o chefe do Estado Maior Geral (EMG) e com integrantes da Seção de Logística Orçamento e Finanças (SELOF) do EMG.

As entrevistas foram realizadas por meio de formulários do *Google Forms* ou gravadas em áudio e parcialmente transcritas. Nesse processo buscou-se extrair as impressões qualitativas dos gestores quanto às principais dificuldades no processo de planejamento e execução orçamentária no que tange a investimentos atinentes ao FCDF.

No que tange ao levantamento de dados, a corporação não dispõe de relatórios padronizados que comparem execução e planejamento anual, nem de indicadores consolidados sobre a execução do PARF. A forma de obter tal informação seria catalogar e analisar manualmente os contratos que foram executados a cada ano. Separando contratos de itens de investimento de itens de custeio e manutenção e contabilizando execuções parciais e totais a fim de obter o que de fato foi liquidado. Conferindo item a item no seu respectivo processo SEI.

Foi constatado que existem registros em tabelas eletrônicas salvos manualmente por integrantes da Diretoria de Contratos e Aquisições (DICOA), porém sem padronização e variando entre classificação por natureza de despesa e código PARF.

De modo geral, adotou-se uma abordagem mista, qualiquantitativa, primeiramente por meio da análise puramente comparativa entre os percentuais do

orçamento planejado no Plano de Aplicação de Recursos Financeiros (PARF) e percentuais de fato executados, conforme dados do Sistema integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), anualmente.

Posteriormente, adotou-se uma análise puramente qualitativa, por meio da aplicação e análise de questionários ao Chefe do EMG e ao Tenente-Coronel RRM Juranil Zanina, assessor lotado na SELOF do EMG há quase uma década.

Em resumo, foram adotados os seguintes critérios na análise quantitativa dos dados extraídos do SIAFI:

a) Análise anual, quantitativa e comparativa, entre o orçamento previsto no total consolidado do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) para o CBMDF e a execução financeira em cada PARF, excluída a verba destinada a folha de pagamento e despesa com pessoal ativo e inativo;

b) Considerando que o escopo do trabalho era observar os gastos destinados a investimento na Corporação, foram excluídas da análise as verbas destinadas a custeio e manutenção;

c) Também não foram consideradas as verbas de investimento e custeio destinadas à área da saúde, estando estas, presentes somente no total consolidado do FCDF destinado ao CBMDF;

d) Uma vez que o objetivo do trabalho é a análise comparativa voltada para equipamentos, materiais e viaturas que impactam diretamente no poder operacional, foram excluídas da análise as verbas de investimento destinadas a obras, estudos e projetos;

e) Neste ponto foi feita uma análise puramente quantitativa dos percentuais e valores previstos no PARF e executados ao longo do ano (exercício orçamentário) em questão, não sendo objetivo do presente trabalho comparar se os itens adquiridos haviam sido previstos e vice-versa. Entretanto alguns itens de maior impacto orçamentário foram pontualmente citados como planejados ou não para determinados exercícios financeiros;

f) Deixaram de ser analisadas as verbas destinadas por emenda parlamentar, Unidade Orçamentária GDF e FUNCBM

A fim de superar os óbices apontados acima e obter com exatidão o que de fato foi executado e liquidado em cada ano, foi programada uma pesquisa automática dentro do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). O SIAFI é o instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos da administração pública do Governo Federal.

O SIAFI exige cadastro e autenticação por meio de dispositivo físico do tipo *token*, portanto contou-se com a colaboração de Oficiais do Quadro Complementar - contadores - do CBMDF que já possuem acesso ao sistema para gerar uma busca automática por todas as despesas liquidadas ano a ano, referentes a itens de investimento. Tal busca gerou uma tabela cujos itens foram comparados manualmente com as publicações em BG da última versão do PARF, aprovada e publicada no ano anterior para cada exercício financeiro em questão.

O presente trabalho se restringiu à análise dos recursos do Fundo Constitucional destinados a investimento no CBMDF, ano a ano, entre 2015 a 2024. Não é escopo deste trabalho os recursos de investimento provenientes do GDF constantes do Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGo) nem do Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento do CBMDF (FUNCBM).

Por outro lado, a participação do GDF na manutenção do CBMDF é mínima, sendo praticamente todas as despesas arcadas pelo FCDF, tornando o acompanhamento das ações previstas no PPA, via sistema inexecutável, uma vez que as ações previstas no PPA-GDF não estão e também não deveriam estar contidas no SIAFI. (CBMDF. 2015).

### **2.3 Resultados e discussão**

Os dados extraídos do SIAFI no que tange à verba de investimento, excluída a verba destinada a obras e projetos, foram organizados por ano, da forma que se segue.

Para análise da efetivação do que foi planejado, comparou-se os dados da última versão PARF publicados em Boletim Geral da corporação para o ano em

questão com os dados de execução e liquidação presentes no sistema SIAFI relativos ao mesmo período.

### 2.3.0 Análise comparativa ano de 2015

O valor total do Fundo Constitucional do DF para o CBMDF previsto na última versão do PARF para exercício financeiro de 2015 foi de **R\$ 1.363.949.510,00**. Deste montante o valor destinado a investimento (excetuando as obras) foi de **R\$ 17.423.500,00** o que corresponde a **1,3%** do FCDF.

Os itens contemplados no PARF para 2015 incluíram: equipamentos e viaturas operacionais para as diversas atividades fim da Corporação, material para escritório e oficina, mobiliário, equipamentos de Tecnologia da Informação e Sistemas de Comunicação, modernização e reequipamento de unidades, além de uma reserva de contingência e outros de menor monta.

O valor efetivamente executado no exercício financeiro de 2015, conforme Tabela 1, no que diz respeito a investimentos, foi de **R\$ 4.557.120,00**, o que correspondeu a **26,2%** do que foi planejado no PARF para aquele ano.

**Tabela 1 – Execução do FCDF no exercício financeiro de 2015**

<b>EXECUÇÃO FINANCEIRA DO FCDF NO ANO DE 2015</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE DETECÇÃO DE GÁS	1.250.000,00
AQUISIÇÃO DE DETECTORES QUÍMICOS NO ESTADO GASOSO	909.960,00
AQUISIÇÃO DE VENTILADOR DE URGÊNCIA PORTÁTIL	78.460,00
AQUISIÇÃO DE KIT MOCHILA PARA OXIGENOTERAPIA	29.800,00
AQUISIÇÃO DE CILINDROS DE OXIGÊNIO	8.250,00
AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE DESINFECÇÃO DE PESSOAS (PP)	1.445.000,00
AQUISIÇÃO DE SIMULADOR DE DESFIBRILADOR EXTERNO	35.650,00
AQUISIÇÃO DE VIATURA TIPO ASF PARA O CBMDF.	800.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.557.120,00</b>

Fonte: Adaptado de SIAFI (2025).

### 2.3.1 Análise comparativa ano de 2016

O valor total do Fundo Constitucional do DF para o CBMDF previsto na última versão do PARF para exercício financeiro de 2016 foi **R\$ 1.562.251.340,00**. Deste montante o valor destinado a investimento (excetuando as obras) foi de **R\$ 22.000.000,00** o que corresponde a **1,4 %** do FCDF.

Os itens contemplados no PARF para 2016 incluíram: equipamentos e viaturas operacionais para as diversas atividades fim da Corporação, material para escritório e oficina, mobiliário, equipamentos de Tecnologia da Informação e Sistemas de Comunicação, modernização e reequipamento de unidades. Também incluíam mais de quatro milhões em equipamentos operacionais de apoio e mais de seis milhões em viaturas operacionais, além de uma reserva de contingência e outros de menor monta.

O valor efetivamente executado no exercício financeiro de 2016 no que diz respeito a investimentos foi de **R\$ 5.901.474,85** o que correspondeu a **26,8%** do que foi planejado no PARF para aquele ano, conforme a Tabela 2.

**Tabela 2 – Execução do FCDF no exercício financeiro de 2016**

<b>EXECUÇÃO FINANCEIRA DO FCDF NO ANO DE 2016</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
AQUISIÇÃO DE VENTILADOR DE URGÊNCIA PORTÁTIL	39.230,00
AQUISIÇÃO DE 10 (DEZ) VIATURAS TIPO AOF PARA A DIVIS	500.000,00
AQUISIÇÃO DE 10 (DEZ) MOTOCICLETAS DE RESGATE - MR	380.000,00
AQUISIÇÃO DE VIATURAS TIPO AUTO TANQUE (AT) E BOMBA DE INCÊNDIO DE 300 GPM	2.905.000,00
AQUISIÇÃO DE TENDA DE DESCONTAMINAÇÃO P/ EMERGENCIA C/ PRODUTOS PERIGOSOS	1.445.000,00
AQUISIÇÃO DE VIATURAS TIPO AT PARA O CBMDF.	581.000,00
COLETES BALÍSTICOS PARA O CBMDF.	51.244,85
<b>TOTAL</b>	<b>5.901.474,85</b>

Fonte: Adaptado de SIAFI (2025).

### 2.3.2 Análise comparativa ano de 2017

O valor total do Fundo Constitucional do DF para o CBMDF previsto na última versão do PARF para exercício financeiro de 2017 foi **R\$ 1.699.649.058,00**. Deste montante o valor destinado a investimento (excetuando as obras) foi de **R\$ 10.230.000**, o que correspondeu a **0,6 %** do FCDF.

Os itens contemplados no PARF para 2017 incluíram: equipamentos e viaturas operacionais para as diversas atividades fim da Corporação, material para escritório e oficina, mobiliário, equipamentos de Tecnologia da Informação e Sistemas de Comunicação, modernização e reequipamento de unidades, além de uma reserva de contingência e outros de menor monta.

O valor efetivamente executado no exercício financeiro de 2017 no que diz respeito a investimentos foi de **R\$ 8.206.595,11** o que correspondeu a **80,2%** do que foi planejado no PARF para aquele ano, Tabela 3.

**Tabela 3 – Execução do FCDF no exercício financeiro de 2017**

<b>EXECUÇÃO FINANCEIRA DO FCDF NO ANO DE 2017</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
AQUISIÇÃO DE 07 (SETE) VIATURAS TIPO UR	1.802.371,90
11 (ONZE) VIATURAS TIPO UR	1.565.634,11
VEICULO AEREO NAO-TRIPULADO (VANT) PARA O CBMDF.	20.394,00
AQUISIÇÃO DE VIATURAS TIPO UR PARA O CBMDF	772.445,10
AQUISIÇÃO DE VIATURAS TIPO ARF (AUTO RÁPIDO FLORESTAL) E AR (AUTO RÁPIDO)	1.610.000,00
AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL AVIAÇÃO (QAV-1)	479.000,00
AQUISIÇÃO DE MOTOR PARA EMBARCAÇÃO LAR (LANCHA DE AÇÃO RÁPIDA)	155.000,00
AQUISIÇÃO DE VIATURAS TIPO ARF E AR PARA O CBMDF	1.771.000,00
PADIOLA ARTICULADA PARA O CBMDF.	30.750,00
<b>TOTAL</b>	<b>8.206.595,11</b>

Fonte: Adaptado de SIAFI (2025).

### 2.3.3 Análise comparativa ano de 2018

O valor total do Fundo Constitucional do DF para o CBMDF previsto na última versão do PARF para exercício financeiro de 2018 foi **R\$ 1.750.049.154,00**. Deste montante o valor destinado a investimento (excetuando as obras) foi de **R\$ 24.263.811,00** o que corresponde a **1,3%** do FCDF.

Os itens contemplados no PARF para 2018 incluíram: equipamentos e viaturas operacionais para as diversas atividades fim da Corporação, material para escritório e oficina, mobiliário, equipamentos de Tecnologia da Informação e Sistemas de Comunicação, modernização e reequipamento de unidades, além de uma reserva de contingência e outros de menor monta.

O valor de efetivamente executado no exercício financeiro de 2018, conforme Tabela 4, no que diz respeito a investimentos foi de **R\$ 1.979.585,95** o que correspondeu a **8,1%** do que foi planejado no PARF para aquele ano.

**Tabela 4 – Execução do FCDF no exercício financeiro de 2018**

<b>EXECUÇÃO FINANCEIRA DO FCDF NO ANO DE 2018</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
AQUISIÇÃO DE VIATURAS TIPO AUTO BUSCA E SALVAMENTO LEVE (ABSL)	1.391.000,00
AQUISIÇÃO DE CARRINHO PARA TRANSPORTE DE PRANCHA DE IMOBILIZAÇÃO PARA CBMDF.	13.738,22
02 (DUAS) VIATURAS TIPO ABSL PARA O CBMDF	556.400,00
AQUISIÇÃO DE SISTEMAS DE ARMAZENAMENTO PARA RECARGA DE CILINDROS PARA O CBMDF	18.447,73
<b>TOTAL</b>	<b>1.979.585,95</b>

Fonte: Adaptado de SIAFI (2025).

### 2.3.4 Análise comparativa ano de 2019

O valor total do Fundo Constitucional do DF para o CBMDF previsto na última versão do PARF para exercício financeiro de 2019 foi de **R\$ 1.779.224.528,00**. Deste montante o valor destinado a investimento (excetuando as obras) foi de **R\$ 30.824.603,00** o que corresponde a **1,7 %** do FCDF.

Os itens contemplados no PARF para 2019 incluíram: equipamentos e viaturas operacionais para as diversas atividades fim da Corporação, material para escritório e oficina, mobiliário, equipamentos de Tecnologia da Informação e Sistemas de Comunicação, modernização e reequipamento de unidades, além de uma reserva de contingência e outros de menor monta.

O valor de efetivamente executado no exercício financeiro de 2019, conforme Tabela 5, no que diz respeito a investimentos, foi de **R\$ 15.469.541,64** o que correspondeu a **50,1%** do que foi planejado no PARF para aquele ano.

**Tabela 5 – Execução do FCDF no exercício financeiro de 2019**

<b>EXECUÇÃO FINANCEIRA DO FCDF NO ANO DE 2019</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
AQUISIÇÃO DE VIATURA TIPO ABSL PARA O CBMDF.	834.600,00
AQUISIÇÃO DE TANQUE FLEXÍVEL PARA USO NA ATIVIDADE DE COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS COM O EMPREGO DE AERONAVES DO CBMDF.	55.000,00
EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTO EM ALTURA PARA USO NOS HELICÓPTEROS DO GAVOP/CBMDF.	118.180,00
AQUISIÇÃO DE VIATURAS COM PREFIXO AUTO RÁPIDO (AR) E AUTO RÁPIDO FLORESTAL (ARF) PARA SEREM EMPREGADAS NAS ATIVIDADES DO CBMDF.	3.651.168,00
24 VIATURAS TIPO UR	4.144.800,00
10 ÔNIBUS PARA O CBMDF,	3.390.000,00
36 CAMINHONETES 4X4 POLICIAL OSTENSIVO CENTRO-OESTE,	2.518.200,00
42 CARRINHOS DE TRANSPORTE.	9.593,64
55 MÁSCARAS FACIAIS COM CÂMERA TÉRMICA INTEGRADA PARA EQUIPAMENTO AUTÔNOMO DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA SCOTT NXG7.	748.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>15.469.541,64</b>

Fonte: Adaptado de SIAFI (2025).

### 2.3.5 Análise comparativa ano de 2020

O valor total do Fundo Constitucional do DF para o CBMDF previsto para exercício financeiro de 2020 foi de **R\$ 1.862.571.743,00**. Deste montante o valor destinado a investimento (excetuando as obras) foi de R\$ **32.709.701,00** o que corresponde a **1,3 %** do FCDF.

Os itens contemplados no PARF para 2020 incluíram: equipamentos e viaturas operacionais para as diversas atividades fim da Corporação, que juntos somavam mais de quinze milhões de reais previstos. Além de material para escritório e oficina, mobiliário, equipamentos de Tecnologia da Informação e Sistemas de Comunicação, modernização e reequipamento de unidades, além de uma reserva de contingência e outros de menor monta.

O valor de efetivamente executado no exercício financeiro de 2020, conforme Tabela 6, no que diz respeito a investimentos foi de **R\$ 19.834.324,40** o que correspondeu a **60,6%** do que foi planejado no PARF para aquele ano. O montante executado incluiu, por exemplo, quase um milhão e meio de reais em capacetes para aviação e cerca de dezesseis milhões em aquisições de viaturas.

**Tabela 6 – Execução do FCDF no exercício financeiro de 2020**

<b>EXECUÇÃO FINANCEIRA DO FCDF NO ANO DE 2020</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
AQUISIÇÃO DE VIATURAS MISTAS TIPO AUTO SALVAMENTO E EXTINGÇÃO-ASE 4X2	6.042.400,00
10 VEÍCULOS SEDANS MÉDIO PARA ATENDER AS DEMANDAS OPERACIONAIS DO CEINT,	771.000,00
400 OXÍMETROS DE PULSO A SEREM UTILIZADOS NO SERVIÇO OPERACIONAL DO CBMDF	34.000,00
66 VEÍCULOS DO TIPO SEDAN MÉDIO, CARACTERIZADOS, MARCA CHEVROLET, MODELO CRUZE	5.075.400,00
10 VIATURAS DO TIPO APSG (CESTO AÉREO) PARA COMPOR O PODER OPERACIONAL DO CBMDF.	3.144.500,00
05 (CINCO) VIATURAS DO TIPO ÔNIBUS URBANO PARA O CBMDF	1.695.000,00

100 COLETES BALÍSTICOS NÍVEL III A - MASCULINO TAMANHO G E 005 NO TAMANHO GG.	105.394,40
55 COLETES BALÍSTICOS NÍVEL III A - MASCULINO, SENDO 05 NO TAMANHO P E 50 NO TAMANHO M.	46.100,00
58 (CINQUENTA E OITO) CAPACETES DE VOO, DESTINADOS AOS PILOTOS, MÉDICOS E TRIPULANTES DO GAVOP	1.496.400,00
62 EXTINTORES DE INCÊNDIO PQS ABC 6 KG	8.060,00
09 EXTINTORES DE INCÊNDIO (ITEM 49) TIPO PQS ABC, CAPACIDADE DE 6KG, COM INSTALAÇÃO INCLUSA, PARA O GAEPH.	1.170,00
10 EXTINTORES DE INCÊNDIO PQS ABC 6 KG,	1.300,00
VIATURAS DO TIPO MOTOCICLETA DE RESGATE - MR, MOTOCICLETAS DE TREINAMENTO - MT PARA O CBMDF.	1.276.000,00
AQUISIÇÃO DE 2 AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS PMD 7 KG (ITEM 2) PARA O GRUPAMENTO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL - GAVOP DO CBMDF.	122.900,00
AQUISIÇÃO DE KIT DE ROLAGEM MECÂNICO (RODAS DE TRANSPORTE) PARA MOVIMENTAR/HANGAR DE HELICÓPTEROS DO GAVOP/CBMDF.	14.700,00
<b>TOTAL</b>	<b>19.834.324,40</b>

Fonte: Adaptado de SIAFI (2025).

### 2.3.6 Análise comparativa ano de 2021

O valor total do Fundo Constitucional do DF para o CBMDF previsto na última versão do PARF para exercício financeiro de 2021 foi de **R\$ 1.965.644.095,00**. Deste montante o valor destinado a investimento (excetuando as obras) foi de R\$ **16.569.335,00** o que corresponde a **0,8 %** do FCDF.

Os itens contemplados no PARF para 2021 incluíram: equipamentos e viaturas operacionais para as diversas atividades fim da Corporação, material para escritório e oficina, mobiliário, equipamentos de Tecnologia da Informação e Sistemas de Comunicação, modernização e reequipamento de unidades, além de uma reserva de contingência e outros de menor monta.

O valor de efetivamente executado no exercício financeiro de 2021, conforme tabela 7, no que diz respeito a investimentos foi de **R\$ 234.363,65** o que correspondeu a **1,4%** do que foi planejado no PARF para aquele ano. Cabe ressaltar que a grande maioria dos investimentos naquele ano foi com equipamentos aeronáuticos que totalizaram 75% dos investimentos efetivados.

**Tabela 7 – Execução do FCDF no exercício financeiro de 2021**

<b>EXECUÇÃO FINANCEIRA DO FCDF NO ANO DE 2021</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
KIT DE ROLAGEM MECÂNICO (RODAS DE TRANSPORTE) PARA MOVIMENTAR/HANGAR DE HELICÓPTEROS DO GAVOP/CBMDF.	14.700,00
8 (OITO) UNIDADES DE BARCO DE ALUMINIO	60.000,00
15 RÁDIOS AERONÁUTICOS PORTÁTEIS E 04 RÁDIOS FIXOS SEM GABINETE	96.600,00
03 RÁDIOS AERONÁUTICOS FIXOS COM GABINETES	62.229,84
SUPRIMENTO DE FUNDOS - AGENTE SUPRIDO 2º SGT. QBMG-1 ANDERSON CLEITON RESENDE, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE EM VIRTUDE DE NECESSIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DE OBJETO PREVISTO ORIGINALMENTE COMO MATERIAL DE CONSUMO E NO ATO DO REGISTRO NO SISTEMA SIGMANET FORA DEFINIDO COMO PERMANENTE.	833,81
<b>TOTAL</b>	<b>234.363,65</b>

Fonte: Adaptado de SIAFI (2025).

### **2.3.7 Análise comparativa ano de 2022**

O valor total do Fundo Constitucional do DF para o CBMDF previsto na última versão do PARF para exercício financeiro de 2022 foi de **R\$ 2.033.633.394,00**. Deste montante o valor destinado a investimento (exceção das obras) foi de **R\$ 7.200.000,00** o que corresponde a **0,3 %** do FCDF.

Os itens contemplados no PARF para 2022 incluíram: equipamentos e viaturas operacionais para as diversas atividades fim da Corporação, material para escritório e oficina, mobiliário, equipamentos de Tecnologia da Informação e Sistemas de

Comunicação, modernização e reequipamento de unidades, além de uma reserva de contingência e outros de menor monta.

O valor de efetivamente executado no exercício financeiro de 2022, conforme tabela 8, no que diz respeito a investimentos foi de **R\$ 4.216.236,55** o que correspondeu a **58,5%** do que foi planejado no PARF para aquele ano.

**Tabela 8 – Execução do FCDF no exercício financeiro de 2022**

<b>EXECUÇÃO FINANCEIRA DO FCDF NO ANO DE 2022</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
8 MOTORES DE POPA PARA SEREM ACOPLADOS A BARCOS DE ALUMÍNIO, PARA USO NAS ATIVIDADES AQUÁTICAS DO CBMDF.	76.800,00
52 MACAS TIPO CESTO	130.000,00
05 (CINCO) VIATURAS TIPO AUTO BUSCA E SALVAMENTO LEVE (ABSL),	1.841.450,00
BANCO DE TESTE PARA EQUIPAMENTO SCBA (SELF CONTAINED BREATHING APPARATUS) - EQUIPAMENTO AUTÔNOMO DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA UTILIZADO NO SERVIÇO OPERACIONAL DE COMBATE A INCÊNDIO E SALVAMENTO,	148.386,55
11 CAMINHONETES GM S10, LT, 4X4, DIESEL	2.019.600,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.216.236,55</b>

Fonte: Adaptado de SIAFI (2025).

### **2.3.8 Análise comparativa ano de 2023**

O valor total do Fundo Constitucional do DF para o CBMDF previsto na última versão do PARF para exercício financeiro de 2023 foi de **R\$ 2.437.459.181,00**. Deste montante o valor destinado a investimento (excetuando as obras) foi de **R\$ 90.752.219,00** o que corresponde a **3,7 %** do FCDF.

Os itens contemplados no PARF para 2023 incluíram: equipamentos e viaturas operacionais para as diversas atividades fim da Corporação, incluído duas caminhonetes, helicóptero biturbina, avião multimissão, material para escritório e oficina, mobiliário, equipamentos de Tecnologia da Informação e Sistemas de

Comunicação, modernização e reequipamento de unidades, além de uma reserva de contingência e outros de menor monta.

Neste ano houve uma previsão de investimento da ordem de R\$ 40.000.000,00 destinado a aeronaves. Cabe ressaltar também, que do total executado em investimentos quase dez milhões corresponde a aquisição de uma aeronave.

O valor efetivamente executado no exercício financeiro de 2023, conforme Tabela 9, no que diz respeito a investimentos foi de **R\$ 10.764,487,79** o que correspondeu a **11,9%** do que foi planejado no PARF para aquele ano.

**Tabela 9 – Execução do FCDF no exercício financeiro de 2023**

<b>EXECUÇÃO FINANCEIRA DO FCDF NO ANO DE 2023</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
09 UNIDADES DE SOPRADOR DE FOLHAS	30.528,00
153 UNIDADES DE SOPRADOR DE FOLHAS	518.976,00
1 (UM) BANCO DE TESTE PARA AFERIÇÃO E CALIBRAGEM DOS EQUIPAMENTOS SCBA -EQUIPAMENTOS AUTÔNOMOS DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA – EPR	148.386,55
VEÍCULO DO TIPO REBOQUE CANIL MOVEL PARA CÃES DO GRUPAMENTO DE BUSCA E SALVAMENTO (GBSAL)	88.000,00
59 QUEIMADORES DO TIPO PINGA-FOGO	46.551,00
1 AERONAVE DE ASA FIXA, KIT AEROMÉDICO E TREINAMENTOS	9.932.046,24
<b>TOTAL</b>	<b>10.764,487,79</b>

Fonte: Adaptado de SIAFI (2025).

### **2.3.9 Análise comparativa ano de 2024**

O valor total do Fundo Constitucional do DF para o CBMDF previsto na última versão do PARF para exercício financeiro de 2024 foi de **R\$ 2.430.956.487,00**. Deste montante o valor destinado a investimento (excetuando as obras) foi de **R\$ 29.150.000,00** o que corresponde a **1,1 %** do FCDF.

Os itens contemplados no PARF para 2024 incluíram: equipamentos e viaturas operacionais para as diversas atividades fim da Corporação, incluindo duas

ambulâncias, ônibus leito e vans com 16 lugares, um helicóptero biturbina, material para escritório e oficina, mobiliário, equipamentos de Tecnologia da Informação e Sistemas de Comunicação, modernização e reequipamento de unidades, simuladores de incêndio, além de uma reserva de contingência e outros de menor monta.

O valor efetivamente executado no exercício financeiro de 2024, conforme Tabela 10, no que diz respeito a investimentos foi de **R\$ 23.263.552,46** (79,8%), o que correspondeu a **79,8%** do que foi planejado no PARF para aquele ano.

**Tabela 10 – Execução do FCDF no exercício financeiro de 2024**

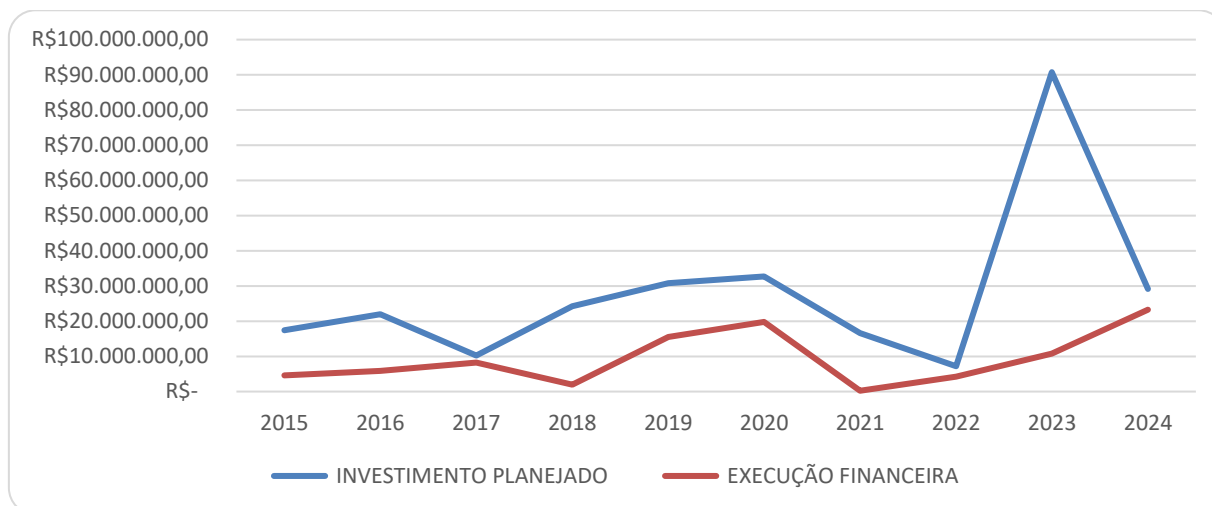
<b>EXECUÇÃO FINANCEIRA DO FCDF NO ANO DE 2024</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
02 CAMINHÕES DE GRANDE PORTE, COM GUINDASTE ARTICULADO, PARA ELEVAÇÃO DE CARGAS PARA O CBMDF	3.640.000,00
CONJUNTO DESENCARCERADOR ELÉTRICO A BATERIA PARA AS ATIVIDADES DE RESGATE VEICULAR	539.500,00
20 CONJUNTOS DE FERRAMENTAS PARA DESENCARCERAMENTO TIPO DE CORTE E 20 CONJUNTOS DE FERRAMENTAS PARA DESENCARCERAMENTO TIPO EXPANSORA	1.618.500,00
16 (DEZESSEIS) FORD TRANSIT - AMB TIPO UNIDADE DE RESGATE	6.133.328,00
20 (VINTE) FIAT ARGO - VIATURA TIPO HATCH.	1.668.365,46
74 CILINDROS PARA ATIVIDADES DE MERGULHO	247.974,00
07 (SETE) CAMIONETES DESCARACTERIZADAS TIPO 4X4 PARA SERVIÇO DE APOIO	1.597.792,00
01 (UMA) AERONAVE DE ASA ROTATIVA TIPO HELICÓPTERO MONOTURBINA	7.800.000,00
EQUIPAMENTOS EXTINTORES DE 4 KG E 6KG COM AGENTE EXTINTOR DE PÓ QUÍMICO SECO - PQS PARA O CEMEV.	18.093,00
<b>TOTAL</b>	<b>23.263.552,46</b>

Fonte: SIAFI Adaptado de (2025).

### 2.3.10 Análise comparativa geral de 2015 a 2024

A comparação dos investimentos previstos no PARF com a execução orçamentária registrada no sistema SIAFI ao longo de uma década revela grandes oscilações anuais.

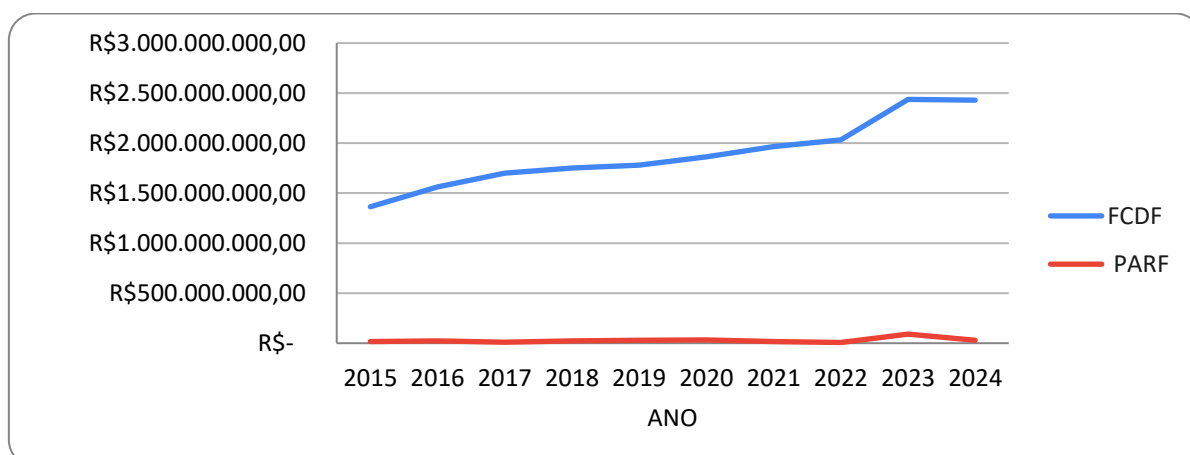
**Figura 1 – Comparativo anual dos valores de investimento previstos no PARF em relação à execução financeira do FCDF.**



Fonte: o autor

Além disso, os valores relativos à execução financeira dos valores de investimento escopo do presente trabalho nunca alcançaram 100% do que foi originalmente planejado para cada exercício financeiro, como pode ser observado na Figura 1.

**Figura 2 – Comparativo anual dos valores de investimento executados em relação aos recursos do FCDF**



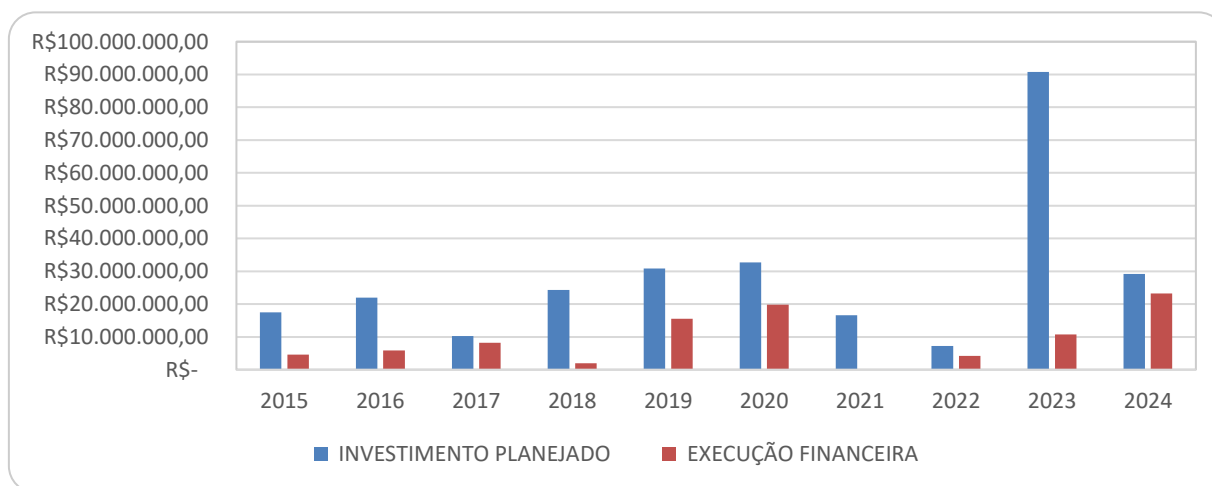
Fonte: o autor

A análise da verba de investimento executada anualmente, em comparação com o total de recursos destinados pelo FCDF consolidado em cada exercício financeiro mostra que os valores destinados ao investimento encontram-se em uma ordem de grandeza inferior em relação à utilização do FCDF, como é possível observar na Figura 2.

Em relação às verbas de investimento previstas no PARF, anualmente, observa-se uma variação significativa entre os valores estabelecidos, destacando-se um aumento exponencial do valor no ano de 2023.

Entretanto, a execução financeira não conseguiu acompanhar o planejamento inicialmente previsto no PARF. Já no que diz respeito à execução financeira do que foi planejado, houve uma maior proximidade nos anos de 2017, 2022 e 2024, como é possível observar no Gráfico 3.

**Figura 3 – Gráfico comparativo entre a previsão orçamentária do PARF e a execução financeira demonstrada pelo SIAFI, no que diz respeito a verbas de investimento.**



Fonte: o autor

Já no que diz respeito à execução financeira do que foi planejado, houve uma maior proximidade nos anos de 2017, 2022 e 2024, como é possível observar no Gráfico 3.

### **2.3.11 Análise das entrevistas**

Por meio da realização de entrevistas buscou-se obter, de forma qualitativa, as principais impressões de alguns gestores do CBMDF sobre quais seriam os principais desafios observados no tocante à execução do que foi planejado no ano anterior.

Para tal utilizou-se como ferramenta entrevista com o chefe do Estado Maior Geral (EMG) - Cel QOBM/Comb. Flávio Murilo Nunes Pereira, com o Tem-Cel. QOBM/Comb. Victor Spagnolo, com o Ten-Cel QOBM RRm Juranil Zanina, assessor PTTC da Seção de Logística Orçamento e Finanças (SELOF) do EMG, que desempenha tal função há mais de seis anos e com o Maj. QOBM/Compl. Kleber Justino de Oliveira, Oficial contador da Corporação, lotado na SELOF .

### **2.3.12 Análise e discussão da entrevista com o Cel. Flávio Murilo N. Pereira**

Durante a entrevista com o Cel QOBM/Comb. Murilo, Chefe do EMG, foram citados como gargalo à execução do PARF: a) a existência de diversos atores envolvidos na portaria anterior, fugindo ao controle do EMG e que erravam bastante quanto ao que deveria ser feito e como deveria ser feito; b) a falta de comunicação entre os envolvidos; c) a necessidade de desmembrar o PARF antigo em dois trabalhos: o PARF propriamente dito, com o planejamento orçamentário anual, e o Plano de Contratações e Aquisições (PCA), a cargo do DEALF; d) a necessidade de um programa de captação de recursos que abarquem verbas extras ao FCDF; e) o resultado obtido pelo comportamento de determinados setoriais do CBMDF que envidam maior esforço para adquirir serviços e produtos para suas unidades, em detrimento de outras.

Foi explanado pelo entrevistado que, ao reduzir o número de atores envolvidos no PARF, busca-se especializar os militares quanto aos procedimentos de aquisição, evitando que a rotatividade prejudique tal missão.

Por fim, o entrevistado citou a existência de alguns relatórios de gestão enviados ao GDF e órgãos de controle, porém que não abarcam tais dados financeiros existentes no PARF.

Entretanto, ainda de acordo com a autoridade, a nova portaria do PARF tende a produzir efeitos de melhores compras, produzindo relatórios de execução adequados no futuro.

### **2.3.13 Análise e discussão da entrevista com o Ten-Cel. Vitor Spagnolo**

A entrevista com o Tenente-Coronel Vitor Spagnolo, Chefe da Seção de Logística, Orçamento e Finanças do Estado-Maior-Geral do CBMDF, oferece uma perspectiva valiosa acerca dos desafios enfrentados na execução do PARF. Com um tempo de atuação direta de um ano e nove meses no PARF, o entrevistado destacou que a efetividade do planejamento orçamentário depende fundamentalmente da sincronização entre todos os setores envolvidos ao longo das fases que antecedem a entrega dos produtos ou serviços.

O interlocutor ressaltou a importância de um processo criterioso, desde a elaboração de Documentos de Formalização de Demanda (DFD) com justificativas robustas, até a condução de processos licitatórios transparentes e sem excessos de recursos, a fim de evitar questionamentos pelos órgãos de controle. Adicionalmente, alertou que a priorização das aquisições no PARF deve estar alinhada com a prioridade dada dentro das unidades demandantes, inclusive no âmbito do comando das unidades, para assegurar coerência e efetividade.

Um ponto de relevância salientado foi a necessidade de adequação do PARF ao orçamento anual disponibilizado pelo Governo do Distrito Federal (GDF). Em 2025, os recursos destinados foram de R\$ 72 milhões para custeio e R\$ 60 milhões para investimentos, valores que, ajustados pela inflação, têm se mostrado cada vez mais limitados. Tal cenário impõe ao CBMDF a busca por maior eficiência e responsabilidade na alocação dos recursos, uma vez que as demandas solicitadas pelas diversas áreas demandantes, como COMOP, DIREN, DISAU, DIMAT e DITIC, somam cerca de R\$ 480 milhões para investimentos e R\$ 531 milhões para custeio para o ano de 2026, superando em muito os recursos disponíveis. Dessa forma, o entrevistado evidenciou que aproximadamente 85% das demandas não serão contempladas, reforçando o papel seletivo do PARF na identificação dos investimentos essenciais.

A visão do PARF apresentada pelo Tenente-Coronel é a de um guia flexível, não um documento rígido a ser cumprido estritamente, mas um norte estratégico que orienta os comandantes e chefes, incentivando a priorização e a rapidez na produção dos documentos necessários para a execução das aquisições previstas. Essa flexibilidade reconhece a dinâmica e a complexidade inerentes à gestão pública militar e a necessidade de adaptação constante frente às oportunidades e obstáculos.

Sobre a transparência e acompanhamento do PARF, o entrevistado reconheceu a ausência de relatórios específicos que tratem diretamente da execução do planejamento, sugerindo que relatórios descritivos e qualitativos possam ser alternativas interessantes para oferecer maior visibilidade à gestão do PARF. Embora existam relatórios para o GDF e o Tribunal de Contas da União (TCU) relacionados à execução orçamentária, eles não abordam diretamente os aspectos do planejamento, configurando uma lacuna que, uma vez preenchida, pode subsidiar uma gestão mais eficiente.

Em síntese, a entrevista reforça a complexidade e os desafios da gestão orçamentária no CBMDF, destacando a necessidade de uma coordenação integrada, de priorização criteriosa e de um monitoramento aprimorado para assegurar que os recursos limitados sejam aplicados de forma eficaz e alinhada às prioridades institucionais. Essa análise qualitativa complementa as evidências quantitativas presentes no estudo, contribuindo para compreender o contexto operacional e administrativo que permeia a execução do PARF.

#### **2.3.14 Análise e discussão da entrevista com o Ten-Cel. RRm Juranil Zanina**

A entrevista realizada com o Tenente-Coronel RRm Zanina, Assessor do Estado-Maior-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), trouxe importantes subsídios para a compreensão dos desafios enfrentados na gestão e execução do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros (PARF).

Com atuação direta na área de logística, orçamento e finanças, o entrevistado revelou uma vivência prática que enriquece a análise do presente estudo.

Um dos pontos centrais destacados pelo entrevistado refere-se à insuficiente integração tecnológica disponível para o controle e acompanhamento em tempo real da execução orçamentária, sobretudo no que tange à coleta de dados.

Tal limitação compromete a precisão e a agilidade na gestão financeira, dificultando a tomada de decisões e o alinhamento entre planejamento e execução. Essa constatação corrobora com as evidências quantitativas apresentadas no estudo, que revelaram oscilações e déficits significativos na execução do orçamento previsto para investimentos ao longo do período compreendido entre 2015 e 2024.

Além disso, o entrevistado ressaltou o desalinhamento entre as etapas de planejamento e execução, bem como a dotação orçamentária muitas vezes inferior às necessidades efetivamente apresentadas pelos órgãos demandantes.

Esse quadro demanda a otimização na aplicação dos recursos oriundos da União, do Governo do Distrito Federal (GDF) e de emendas parlamentares, enfatizando a complexidade do contexto orçamentário enfrentado pela corporação.

Outro aspecto relevante apontada pelo entrevistado refere-se à fragilidade na priorização dos projetos estratégicos em relação aos menos prioritários, o que pode influenciar diretamente no desempenho operacional do CBMDF. A carência de capacitação técnica dos recursos humanos responsáveis pela elaboração e instrução dos processos de aquisição, aliada à grande rotatividade desses profissionais, configura um desafio adicional, impactando a eficiência e a continuidade dos trabalhos.

Esses elementos qualitativos reforçam a necessidade de implantação de um sistema informatizado robusto que possibilite o monitoramento em tempo real da execução orçamentária, favorecendo a emissão de relatórios personalizados que atendam às demandas da gestão e subsidiem as decisões estratégicas. Ademais, a capacitação continuada dos servidores e o aprimoramento dos processos internos são fatores essenciais para superar os entraves identificados.

### **2.3.15 Análise e discussão da entrevista com o Maj. Kleber J. de Oliveira**

Durante a entrevista com o Maj. QOBM/ Compl. Kleber J. de Oliveira, oficial contador do quadro complementar lotado na SELOF, hoje chefiada pelo Ten-Cel QOBM/Comb. Vitor Spagnolo, foram citados alguns óbices à execução do PARF.

O entrevistado relata que ao longo dos dez anos que trabalhou diretamente com a elaboração do PARF, os principais desafios observados foram a dotação orçamentária inferior a necessidade da Unidade Gestora e as aquisições planejadas não concretizadas no exercício financeiro.

O Major cita ainda que os relatórios de gestão enviados anualmente ao GDF e TCU são os documentos que apresentam em detalhamento a execução orçamentária do CBMDF.

## **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo possibilitou uma análise diagnóstica detalhada do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros CBMDF no período compreendido entre 2015 e 2024, fazendo a comparação entre o planejamento orçamentário e a execução financeira dos recursos provenientes do Fundo Constitucional relativa a investimentos.

Toda via, é importante ressaltar que a execução orçamentária do FCDF extremamente complexa e dinâmica, dependendo de inúmeras variáveis (Pereira, 2020). Dessa forma o foco da presente pesquisa não esteve no detalhamento da execução financeira e todas as nuances, mas sim na efetividade do PARF como forma planejar execução financeira no tocante aos investimentos diretamente ligados à área operacional da corporação.

Dessa forma, é imprescindível salientar que alterações no planejamento (que foi feito no PARF, no ano anterior) ao longo da execução financeira correspondente, faz parte do ato de executar do orçamento. Certamente se perderiam oportunidades com um planejamento engessado. Assim os gráficos e valores apresentados neste trabalho não trazem os montantes que de fato restaram destinados a investimento

após a redistribuição e realocação dos valores no final de cada exercício financeiro. E em poderia ser diferente, uma vez que, se buscou comparar a última versão publicada do PARF com o montante relativo a investimento de fato executado conforme SIAFI. Assim os gráficos não refletem a capacidade do CBMDF em executar o orçamento, mas sim a efetividade do PARF no que diz respeito a planejamento dos investimentos na área operacional da corporação.

Nessa perspectiva, por exemplo, no ano de 2023, em que o planejamento de investimento foi da ordem de 90 milhões e a execução foi da ordem de 10 milhões, não significa que 80 milhões não foram executados. Significa que a meta execução orçamentária no tocante a investimentos operacionais foi readequada, ficando mais próxima da média de execução de investimentos dos demais anos analisados. Ao final o montante destinado a investimento constante no SIAFI acaba sendo executado em quase sua totalidade, geralmente com poucos valores a serem devolvidos á União.

Assim a análise diagnóstica no período estudado evidenciou significativas oscilações anuais. Os dados quantitativos extraídos do SIAFI indicam que, em nenhuma das anuidades, a execução atingiu integralmente o valor inicialmente proposto no PARF. Verificou-se que no PARF os valores destinados ao investimento representaram uma parcela relativamente pequena do total disponibilizado pelo Fundo Constitucional para a corporação, variando entre 0,3% a 3,7% do FCDF consolidado anualmente.

Em 2015, foram destinados no PARF para investimento cerca de quatro milhões e meio de reais, equivalente a 1,3% do FCDF. Entretanto, somente 26,1% foi executado, com especial atenção a equipamentos relativos a emergências com produtos perigosos e viaturas do tipo ASF.

Já em 2016, o valor destinado a investimento foi na ordem de 22 milhões (representando quase 1,4% do FCDF). Neste ano, o PARF deu ênfase para que 4 milhões fossem destinados a equipamentos e 6 milhões a viaturas operacionais, abarcando a missão fim da Corporação. No entanto, foram executados apenas 26,8%, quase 6 milhões de reais em equipamentos de produtos perigosos, viaturas do tipo Auto Tanque, bombas de incêndio, viaturas para o serviço de fiscalização da Diretoria de Vistorias do DESEG e motocicletas para o serviço de Moto Resgate.

Em 2017, foram destinados pouco mais de 10 milhões de reais, representando 0,6% do FCDF. Apesar do valor planejado ser menos da metade do ano anterior, o índice de execução financeira foi o melhor do período estudado na presente pesquisa - pouco mais de 80% de execução. As aquisições envolveram: viaturas tipo UR, ARF, AR, caminhão para abastecimento de combustível de aeronave, embarcações do tipo LAR - Lancha de Ação Rápida, drones e padiolas.

Em 2018, o PARF contemplou quase dois milhões de reais para investimento, representando 1,3% do FCDF. No tocante à execução financeira, o ano atingiu o índice de apenas 8,1% do planejado, com aquisições de sistemas de recarga de cilindros e viaturas do tipo ABSL.

Já em 2019, a Corporação destinou quase trinta e um milhões de reais para investimento, cerca de 1,7% do valor do FCDF. Deste montante, foram executados 50,1%, tendo destaque para as aquisições de viaturas do tipo ABSL, AR, ARF, UR, além de 10 ônibus, 55 máscaras faciais com câmera térmica e um tanque flexível de água para aeronave de asa rotativa.

Em termos absolutos e percentuais, os anos de 2017, 2019, 2020, 2022 e 2024 apresentaram maior alinhamento entre o planejado e o executado, com índices de execução financeira de investimentos variando entre 50% e 80%. No entanto, exercícios como 2015, 2016, 2018, 2021 e 2023 revelaram execuções significativamente inferiores. Os anos com maior aproveitamento do orçamento previsto foram 2017 (80,2%) e 2024, com 79,8% de execução financeira.

Apesar dos índices de execução financeira distantes do percentual planejado, observa-se um esforço institucional na aquisição de equipamentos e viaturas operacionais em todos os anos estudados, não havendo uma única exceção em que o ano não contemplasse um ou outro.

Essa variação nos índices de execução pode ser atribuída a fatores multifacetados, incluindo contingenciamentos orçamentários, dificuldades em processos licitatórios, adequações de projetos básicos, prioridades operacionais emergentes e limitações técnicas gerenciais, como também apontado nas entrevistas qualitativas realizadas. A insuficiência da integração tecnológica, limitando o

monitoramento em tempo real da execução orçamentária, bem como a separação incompleta entre planejamento e execução, surge como um gargalo recorrente.

A análise qualitativa, por intermédio das entrevistas com gestores do Estado-Maior-Geral, reforça a compreensão da complexidade do processo de gestão orçamentária do CBMDF. O Tenente-Coronel RRM Zanina e o Tenente-Coronel Vitor Spagnolo destacaram fatores críticos, entre eles a necessidade de um sistema informatizado robusto para apoio à gestão, o desalinhamento entre as etapas do planejamento e da execução, a limitação orçamentária em confronto com as demandas crescentes, e a carência de capacitação técnica dos agentes envolvidos na gestão e aquisição. Esses desafios comprometem a eficiência operacional e a capacidade de resposta da corporação, afetando a consecução dos objetivos estratégicos delineados no Plano Estratégico do CBMDF.

De modo complementar, o Chefe do Estado-Maior-Geral, Coronel Murilo, apontou para melhorias proporcionadas pelas recentes atualizações normativas, por meio das Portarias nº 17 e 18 de 2025, que visam simplificar os processos, reduzir o número de envolvidos e aumentar a centralização e especialização técnica na elaboração do PARF e do Plano de Contratações Anual (PCA). Tal racionalização busca superar as deficiências institucionais encontradas, incluindo a excessiva demanda e a falta de critérios globais para priorização dos investimentos.

O levantamento documental demonstrou que, anualmente, diversas revisões são necessárias para que o PARF possa refletir as realidades orçamentárias e operacionais, haja vista a constante interferência de imprevistos, como eventos emergenciais e disponibilidade financeira variável. A distribuição dos recursos mostra-se concentrada em viaturas, equipamentos operacionais, materiais permanentes e aquisição de aeronaves, essenciais para a manutenção das atividades-fim da corporação. No entanto, mesmo com esforços, a plena execução do planejamento permanece um desafio, exigindo maior rigor no controle e maior agilidade nos processos licitatórios.

Ainda na esfera qualitativa, destaca-se a percepção de que o PARF deve ser encarado como um guia estratégico flexível, orientando a organização para suas prioridades, mas sem a obrigatoriedade inflexível do cumprimento integral. Essa

abordagem pragmática reconhece as necessidades de adaptação a oportunidades e contingências, promovendo maior dinamismo à gestão dos recursos públicos.

Em resumo, os resultados quantitativos e qualitativos convergem para um diagnóstico claro: a gestão financeira do CBMDF enfrenta imperativos de modernização, integração tecnológica, capacitação contínua e aprimoramento protocolar para garantir que os investimentos planejados sejam executados com maior aderência e efetividade. Esse alinhamento é fundamental para assegurar a continuidade e a excelência dos serviços operacionais prestados à população do Distrito Federal.

### **3.1 Recomendações e prospecções futuras**

Diante das limitações e desafios evidenciados, recomenda-se para pesquisas futuras a realização de estudos que aprofundem a análise dos seguintes aspectos:

- Avaliação detalhada dos impactos das novas Portarias nº 17 e nº 18 de 2025 na eficiência da execução orçamentária do CBMDF, inclusive com estudos longitudinais para aferir os efeitos na melhoria dos processos de aquisição e gestão financeira.
- Desenvolvimento e implementação de modelos de monitoramento em tempo real da execução orçamentária via sistemas informatizados integrados, seguido de análise da efetividade dessa ferramenta na melhoria do controle e transparência dos recursos.
- Investigação qualitativa ampla sobre a capacitação técnica dos agentes envolvidos no planejamento e execução do PARF, com o objetivo de propor programas educacionais e treinamentos específicos para as demandas da corporação.
- Análise de casos de aquisições não realizadas dentro do exercício financeiro, buscando identificar causas específicas, gargalos burocráticos e riscos associados que possam comprometer a execução orçamentária.
- Estudo comparativo entre o CBMDF e outras corporações militares brasileiras quanto à gestão financeira e execução dos planos orçamentários, visando a identificação de boas práticas e oportunidades de inovação para o ambiente institucional do CBMDF.

Tais estudos permitirão consolidar avanços na estruturação da gestão financeira, proporcionando bases técnicas e estratégicas para melhorias contínuas na aplicação dos recursos públicos, fortalecendo a capacidade operacional e administrativa do CBMDF.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 27 fev. 2025.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 101**, de 04 de maio de 2000. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Brasília, DF, 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm) Acesso em 8 mai. 2025.

BRYSON, J. M. **Strategic planning for public and nonprofit organizations: a guide to strengthening and sustaining organizational achievement**. 4. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2012.

CARVALHO, M. A.; LIMA, R. S. **Avaliação da execução orçamentária em órgãos públicos: um estudo de caso**. Revista de Administração Pública, v. 52, n. 3, p. 475-494, 2018.

CAVALCANTE, P. L. C.; SCHABBACH, L. M. **Planejamento e orçamento públicos no Brasil: um casamento por conveniência?** Revista do Serviço Público, Brasília, v. 66, n. 4, p. 497–520, out./dez. 2015.

CBMDF. **Plano Estratégico 2017-2024**. Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_. Boletim Geral nº 183, de 3 de outubro de 2014. Aprova o PARF para o exercício de 2015.

\_\_\_\_\_. Boletim Geral nº 194, de 14 de outubro de 2015. Aprova o Plano de aplicação de Recursos Financeiros para o exercício de 2016 e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Boletim Geral nº 207, de 4 de novembro de 2015. Aprova o Plano de Aplicação de Recursos Financeiros para o exercício de 2016 e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Boletim Geral nº 036, de 24 de fevereiro de 2016. Altera o Plano de Aplicação de Recursos Financeiros para o exercício de 2016, aprovado pela Portaria de 13 out. 2015, publicado no BG 194, de 14 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Boletim Geral nº 210, de 8 de novembro de 2016. Aprova o Plano de Aplicação de Recursos Financeiros para o exercício de 2017.

\_\_\_\_\_. Boletim Geral nº 227, de 4 de dezembro de 2017. Aprova o Plano de Aplicação de Recursos Financeiros para o exercício de 2018 e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Boletim Geral nº 214, de 9 de novembro de 2018. Aprovar o Plano de Aplicação de Recursos Financeiros para o exercício de 2019.

\_\_\_\_\_. Boletim Geral nº 178, de 20 de setembro de 2019. Aprova o Plano de Aplicação de Recursos Financeiros para o exercício de 2020 e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Boletim Geral nº 238, de 18 de dezembro de 2019. Republicar os anexos da Portaria 23, de 19 set. 2019, que aprovou o Plano de Aplicação de Recursos Financeiros para o exercício de 2020 - PARF/2020, objeto do BG nº 178, de 20 de setembro de 2019.

\_\_\_\_\_. Boletim Geral nº 196, 19 out. 2020. Portaria nº 21, de 8 de outubro de 2020. Disciplina os procedimentos para elaboração da Proposta Orçamentária Anual e para elaboração, aprovação e execução do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros – PARF do CBMDF. Boletim Geral nº 196, 19 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Boletim Geral nº 199, de 22 de outubro de 2020. Aprova o Plano de Aplicação de Recursos Financeiros para o exercício de 2021 e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Boletim Geral nº 173, de 14 de setembro de 2021. Aprova a 2ª Versão do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros para o exercício de 2022 e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Boletim Geral nº 162, de 28 de agosto de 2023 - Suplemento. Aprova a 1ª Alteração do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros para o exercício de 2023 e as Planilhas das Demandas de custeio e investimento para aquisições e contratações dos diversos órgãos setoriais para o ano de 2023 e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Boletim Geral nº 070, de 12 de abril de 2024 - Suplemento. Aprova a 3ª Versão do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros para o exercício de 2024 e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Boletim Geral nº 120, de 01 de julho de 2025 - Suplemento. Portaria nº 17, de 30 de junho de 2025, que disciplina os procedimentos para elaboração e aprovação do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros (PARF) e elaboração da Proposta Orçamentária Anual (POA), do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Boletim Geral nº 120, de 01 de julho de 2025 - Suplemento. Portaria nº 18, de 30 de junho de 2025. Disciplina os procedimentos para elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA), do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Relatórios de Gestão Anual (2015–2024)**. Brasília, DF: CBMDF, 2015–2024.

**EXÉRCITO BRASILEIRO. O papel dos Grandes Comandos na gestão dos recursos orçamentários da Força Terrestre**. Revista do Exército, 2007.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Planos Plurianuais do DF: 2016–2019 e 2020–2023**. Brasília, DF: SEPLAD, 2016–2023

MINTZBERG, H. **Estratégia safari: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

PEREIRA, C. D. S.; BORGES, C. E. **A capacidade orçamentário-financeira do Fundo Constitucional do Distrito Federal para manutenção da segurança pública à luz do crescimento dos gastos com pessoal desde a sua formação: um estudo da dinâmica de emprego dos recursos visando a continuidade da manutenção da segurança pública perspectivas**. Trabalho monográfico, Centro de Estudos de Política, Estratégia e Doutrina do CBMDF. Curso de Altos Estudos para Oficiais, 2020.

PEREIRA, J. L.; SILVA, T. R. **Gestão orçamentária e controle na administração pública: desafios e perspectivas**. Revista de Políticas Públicas, v. 23, n. 2, p. 89-105, 2019.

SILVA, J.; ALMEIDA, R. **Transparência e gestão financeira na administração pública**. São Paulo: Editora Pública, 2019.

SOUZA, F. M.; OLIVEIRA, C. R. **Gestão financeira em instituições militares: alinhamento entre recursos e atividades-fim**. Revista de Administração Militar, v. 15, n. 1, p. 45-60, 2020.

SOUZA, M. **Eficiência na aplicação de recursos financeiros em instituições públicas**. Brasília: Editora Governamental, 2020.

## APÊNDICES

## **APÊNDICE A – Roteiro das Entrevistas**

Esta entrevista integra o artigo científico intitulado "Análise Diagnóstica do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros do CBMDF no Período de 2015 a 2024", de autoria do Tenente-Coronel Leonardo Alberto Fernandes da Costa. O estudo será apresentado ao Centro de Estudos de Política, Estratégia e Doutrina como requisito para a conclusão do Curso de Altos Estudos para Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Por meio do diálogo com gestores e especialistas da área, busca-se identificar os principais desafios enfrentados, as boas práticas adotadas e as oportunidades de aprimoramento na gestão orçamentária da corporação.

Os dados coletados por meio da entrevista contribuem significativamente para a análise crítica proposta no artigo, oferecendo subsídios empíricos que complementam a abordagem teórica e documental da pesquisa. A inclusão dessa etapa qualitativa reforça o compromisso do estudo com a construção de conhecimento aplicado à realidade institucional do CBMDF.

## **ENTREVISTA COM O TEN-CEL. RRM ZANINA**

### **1. Qual função o senhor exerce atualmente no CBMDF?**

Resposta: Atualmente, exerço a função de Assessor do Estado-Maior-Geral, encontrando-me à disposição da Seção de Logística, Orçamento e Finanças, onde desempenho atividades relacionadas à gestão de logística, orçamentária e financeira da Corporação.

### **2. Há quanto tempo o senhor trabalha diretamente com o PARF, dentro ou fora do Estado-Maior-Geral do CBMDF?**

Resposta: Atuo diretamente na gestão do PARF há 6 anos e 5 meses, desde março de 2019, tanto em atividades de planejamento quanto de acompanhamento da execução orçamentária.

### **3. Ao longo desse tempo, quais os principais desafios observados no tocante à execução do que foi planejado no ano anterior?**

Resposta: Os principais desafios observados na execução são:

- Insuficiente alinhamento entre uma solução tecnológica integrada e o controle/acompanhamento, em tempo real, da execução orçamentária (principalmente quanto a coleta de dados);
- insuficiente alinhamento entre as etapas de planejamento e execução orçamentária;
- Dotação orçamentária em valor inferior ao solicitado, sendo necessário a otimização na aplicação dos recursos oriundos da União, do GDF e de emendas parlamentares;
- Fragilidade nas ações de priorização dos projetos estratégicos em relação aos de menor prioridade;
- Carência de capacitação técnica dos recursos humanos responsáveis pela elaboração e instrução dos processos de aquisição;
- Grande rotatividade de recursos humanos capacitados;
- Dependência da área da SEEC para a descentralização do orçamento aprovado na LOA, limitando o planejamento da execução.
- Baixo índice de execução das despesas de capital (investimento);
- Déficit de expertise na elaboração de processos de compras e contratações de maior complexidade.

#### **4. Existe algum tipo de relatório anual de gestão sobre a execução do PARF ao final do exercício financeiro?**

Resposta: Sim, a execução do PARF é apresentada de forma sintética nos Relatórios de Gestão do GDF e do TCU. Vislumbra-se a necessidade de emprego de sistema informatizado que forneça informações dos valores que estão sendo executados em comparação com o planejado. Tal ferramenta permitirá a emissão de relatórios personalizados, de acordo com a demanda, oferecendo maior suporte à gestão e subsidiando de forma mais eficiente o processo de tomada de decisão.

As informações apresentadas nos Relatórios são organizadas por Unidade Orçamentária/Gestora e Grupo de Natureza de Despesa (GND), demonstrando os valores empenhados, liquidados e pagos no exercício financeiro, observando as respectivas fontes orçamentárias.

No âmbito do GDF, integram o Relatório de Gestão as seguintes Unidades Orçamentárias:

- 24.104 (Governo do Distrito Federal);
- 24.902 (Fundo de Saúde); e
- 24.905 (Fundo de Reequipamento, Manutenção, Modernização do CBMDF).

No âmbito da União, constam no Relatório de Gestão do TCU as seguintes Unidades Gestoras:

- 170.394 (Corpo de bombeiros Militar do Distrito Federal); e
- 170.495 (Assistência Médica do CBMDF).

## **ENTREVISTA COM O TEN-CEL. VITOR SPAGNOLO**

### **1. Qual função o senhor exerce atualmente no CBMDF?**

Resposta: Chefe da Seção de Logística, Orçamento e Finanças do Estado-Maior-Geral.

### **2. Há quanto tempo o senhor trabalha diretamente com o PARF, dentro ou fora do Estado-Maior-Geral do CBMDF?**

Resposta: 1 ano e 9 meses

### **3. Ao longo desse tempo, quais os principais desafios observados no tocante à execução do que foi planejado no ano anterior?**

Resposta: O que é planejado no ano anterior depende de um funcionamento muito sincronizado de todos os setores envolvidos nas fases anteriores ao recebimento do produto ou serviço. Desde a confecção de um bom DFD, com uma boa justificativa e um processo claro, que não implicarão em questionamentos dos órgãos de controle nem recursos exagerados durante a licitação. O que pude perceber, ao longo deste período, é que não adianta termos aquisições prioritárias no PARF se esses itens não forem priorizados lá na unidade de origem, pelo Cmt da unidade e sua equipe. O PARF precisa se adequar ao orçamento anual do GDF, que neste ano foi de 72milhoes para custeio e 60milhoes para investimento e a cada ano parece ser menor (devido à inflação) exigindo mais eficiência e responsabilidade no uso dos recursos. Se formos observar apenas os pedidos, as demandas, isoladamente, a somatória dos pedidos das diversas setoriais demandantes (COMOP, DIREN, DISAU, DIMAT e DITIC) para 2026 remontam à casa dos 480milhoes para investimento (8 vezes mais, ou o nosso orçamento para 8 anos) e 531milhoes para custeio (mais de 7x mais), ou seja, já

sabemos que aproximadamente 85% das demandas não serão atendidas. No PARF são discutidos e selecionados esses 15% que são essenciais, mas eventualmente outras demandas não previstas entram na frente (por estarem prontas e consideradas prioritárias pelo Comando posteriormente ou as vezes por estarem prontas enquanto outras aquisições mais complexas estão travadas por n motivos), mas isso não atrapalha o planejamento. O planejamento ou plano não é visto por mim como algo rígido que deve ser seguido a risca, mas sim como um guia, um norte para onde estamos indo (um norte também para todos os chefes e comandantes, que podem cobrar prioridade na produção dos documentos necessários aos itens previstos no planejamento).

#### **4. Existe algum tipo de relatório anual de gestão sobre a execução do PARF ao final do exercício financeiro?**

Resposta: Ainda não é feito nenhum relatório sobre a execução do PARF, talvez um relatório simples, mais descritivo que quantitativo seja interessante. Planejar o PARF é como planejar todo o seu orçamento doméstico no início do ano. É um norte, executá-lo 100% à risca pode significar que você deixou passar várias oportunidades para cumprir esse objetivo. Então não vejo que deve ser cumprido integralmente, mas em sua maior parte. Há relatórios para o GDF e TCU, mas sobre a execução do orçamento, e não do planejamento.

### **Entrevista com o Maj. Kleber**

#### **1. Qual função o senhor exerce atualmente no CBMDF?**

Resposta: Respondendo pela chefia da SELOF do EMG.

#### **2. Há quanto tempo o senhor trabalha diretamente com o PARF, dentro ou fora do Estado-Maior-Geral do CBMDF?**

Resposta: Atuo diretamente elaboração do PARF há 10 anos

#### **3. Ao longo desse tempo, quais os principais desafios observados no tocante à execução do que foi planejado no ano anterior?**

Resposta: Os principais desafios observados na execução são:

-Dotação Orçamentária inferior a necessidade da Unidade Gestora

- Aquisições planejadas não concretizadas no exercício.

**4. Existe algum tipo de relatório anual de gestão sobre a execução do PARF ao final do exercício financeiro?**

Resposta: Os relatórios de Gestão, GDF e TCU, apresentam a execução detalhada do orçamento, recursos GDF e Fundo Constitucional.

**ENTREVISTA COM O CEL. MURILO**

**1. Há quanto tempo o senhor exerce a função de Chefe do Estado-Maior-Geral?**

Resposta: 1 ano e 4 meses

**2. Quais principais óbices o senhor observa no tocante à execução do PARF como previamente planejado?**

Resposta:

Inicialmente, tive a oportunidade de identificar a necessidade de ajuste do PARF, e do planejamento de compras e aquisições adotado pela Corporação, ainda em 2022, quando estive à frente da SELOF no EMG.

Posteriormente, quando da minha assunção ao cargo de Chefe do EMG, solicitei ao então Comandante a abertura de uma comissão para atualizar os procedimentos que estavam sendo adotados pelo CBMDF no processo de controle orçamentário, e de compras e aquisições. Em 1º julho de 2025, após encerrados os trabalhos da comissão, foram então publicadas duas novas Portarias, uma que atualiza e disciplina a elaboração do PARF, e uma outra nova, que disciplina a elaboração do Plano de Contratação Anual (PAC) do CBMDF, atendendo legislação distrital que exigia esta regulamentação. Em suma, estes novos instrumentos visavam corrigir a necessidade de atualização do planejamento orçamentário (e logístico) realizado pelo PARF, que anteriormente previa muitos atores, apresentava excessiva demanda, e pouca gestão técnica que permitisse a melhor decisão estratégica para a Corporação, o que resultava quase sempre, em aquisições não planejadas, e que se davam por ordem pessoal, sem estabelecimento de critério global, apenas específico

e setorial, em detrimento de outras áreas estratégicas e fundamentais para a Corporação. Paralelamente, a mesma comissão conseguiu dividir os novos textos, dando enfoque orçamentário para o PARF e logístico para o PAC, descrevendo de forma clara os dois processos, diminuindo os atores e prevendo maior responsabilidade dos setoriais envolvidos, conferindo com isso, maior controle técnico, orçamentário e estratégico no planejamento de compras e aquisições do CBMDF.